

**XII Congresso Brasileiro
de História Econômica**

**13^a Conferência Internacional
de História de Empresas**

**Niterói,
28, 29 e 30 de agosto
de 2017**

Memórias da indústria Paraense

Leila Mourão

**XII Congresso Brasileiro
de História Econômica**

**13^a Conferência Internacional
de História de Empresas**

**Niterói,
28, 29 e 30 de agosto
de 2017**

Memórias da indústria Paraense

Leila Mourão

Memórias da indústria Paraense

Leila Mourão¹

Resumo

Este artigo trata da recuperação de uma memória da indústria paraense e resulta de dois níveis de investigação, a saber: inventariar informações diversas que permitam articular os contextos e temas de modo que não resultem apenas em simulações e reproduções de cenários e analisá-la historicamente como forma de realização do capitalismo concebido como modo de produção. Portanto a reconstituição da história da Indústria no Pará nesta narrativa, é dimensionada como um processo, no qual se buscou apreender o seu passado em seu sentido mais dinâmico e compreendido como resultado de transformações econômicas, sociais, políticas e culturais que engendraram uma dada realidade da qual ela foi e é, de certo modo, uma das expressões.

Palavras chave: Indústria, memória, história, Patrimônio no Pará.

Abstract

This article deals with the retrieval of a memory of Para and industry results from two levels of investigation, namely: inventory information several enabling articulate the contexts and themes so that resulting only in simulations and reproductions of scenarios and analyze it historically as a way of achievement of capitalism designed as mode of production. So the reconstruction of the history of industry in the in this narrative is scaled as a process, in which it sought to seize your past in your dynamic sense and understood as a result of economic, social, political transformations that engendered a given reality of what she was and is, in a way, one of the expressions.

Keywords: industry, memory, history, heritage in Pará.

¹ Professora Titular da Faculdade de História e do PPGHIS/IFCH/UFPA.

A reconstituição da memória histórica da indústria implica de início, reconhecê-la na condição de categoria patrimônio industrial, enquanto segmento do acervo maior, o patrimônio cultural.

Nesse sentido, o patrimônio industrial abrange elementos e atividades relativos à técnica, ao saber, ao saber-fazer, bem como aos artefatos e construções obtidos a partir do meio ambiente e do saber-fazer social. Tais pressupostos orientam a sua apreensão como processo e a percepção de seus componentes materiais enquanto coisas físicas integrantes da cultura material, socialmente construídos e apropriados pelo homem, que lhe define a forma, a função e o sentido.

Conhecer o processo de construção e apropriação da empresa fabril torna-se indispensável para compreendê-la como resultado de ações humanas sobre a natureza-ambiente e a organização de pessoas entre si, num dado momento e num espaço determinado. Entretanto, o estudo dos componentes físicos do processo industrial deve ultrapassar o nível imediato da materialidade, pois resulta de relações sociais e funciona ao mesmo tempo como reforço dessas relações das quais derivam, garantindo, em diversos aspectos, a reprodução de certas configurações sociais. Isto só adquire significado sócio-histórico se em sua própria materialidade trouxerem embutidos atributos e propriedades que lhes confere usos sociais.

Nesta perspectiva, recuperar a memória da indústria paraense impõe pelo menos dois níveis de investigação, a saber: inventariar informações diversas que permitam articular os contextos e temas de modo que não resultem apenas em simulações e reproduções de cenários; e analisá-la historicamente, como forma de realização do capitalismo concebido como modo de produção.

Portanto, a reconstituição da história da Indústria no Pará nesta narrativa é dimensionada como um processo. Buscou-se apreender o seu passado em seu sentido mais dinâmico e compreendido como resultado de transformações econômicas, sociais, políticas e culturais que engendraram uma dada realidade da qual ela foi e é, de certo modo, uma das expressões.

No sistema capitalista, a indústria não pode ser reduzida apenas a um procedimento de transformação de matérias-primas em mercadorias, mas deve ser concebida como um processo historicamente integrado à realização do capital e da sociedade. Esta é uma condição que lhe atribui certas características de identidade com o capitalismo, quando este é concebido como um dado modo de produção. Se a indústria constitui hoje “o setor mais avançado e dinâmico da economia”, isso se relaciona,

historicamente, ao conjunto de transformações ocorridas na época contemporânea como a criação e a difusão da tecnologia, o surgimento de novas classes sociais, o crescimento das cidades, a agilidade das transações do comércio nacional e internacional, entre outras.

No dizer da historiadora Sandra J. Pesavento, “Na época contemporânea, de certa forma, o capitalismo foi um agente unificador da história e a indústria a sua forma de realização mais acabada na atualidade” (PESAVENTO, 1985: 17). E como tal, ela é resultado de manifestações combinadas entre as dimensões econômicas, políticas e culturais, decorrentes das relações entre pessoas e classes sociais, que na defesa da materialização de seus interesses, caracteriza e reflete as estruturas de apropriação econômica (em seu sentido mais amplo) e de dominação política e mudança cultural, nas quais se cristalizam aquelas relações sociais.

O processo de instalação e desenvolvimento da indústria ocorre de modo diferenciado em cada sociedade. Adquire características próprias, de acordo com as circunstâncias históricas e ambientes em que surge e se desenvolve. Desse fato, decorre a possibilidade de realizar seu estudo em nível regional ou local.

O tema indústria é universal em si. Estudá-lo em sua concretude local não implica perder de vista esta sua dimensão, pois apenas estar-se-á averiguando como ocorreu o processo de sua instalação e desenvolvimento numa determinada sociedade, que nesse caso será o Estado do Pará. O local (regional) enquanto espaço geopolítico deve, nesta circunstância, ser entendido como uma dada instância para a realização do capitalismo, por meio da indústria na forma local, entendendo-se como um sistema mais amplo, no qual se insere a região, ou melhor, o Estado do Pará e o Brasil.

E é somente nesta perspectiva que o estudo da Indústria Paraense adquire significado histórico, na medida em que ela é tomada como resultado de um processo em sua especificidade histórica e objetiva da região na qual ocorreu essa realização, mas que só adquire sentido se sua compreensão for processada como uma forma histórica de realização do capitalismo na sua dimensão industrial e em um contexto determinado, ou seja, na região amazônica.

Foi a partir desses pressupostos que se iniciou a atividade de investigação acerca da indústria paraense. Numa primeira aproximação, a que se tornou objeto de uma primeira publicação, Memória da Indústria Paraense (1989), procurou-se recuperar dados, informações e representações diversas sobre a atividade fabril que se instalou no Pará nos dois últimos séculos. Essa publicação resultou de esforços conjugados do Departamento de História e Antropologia por meio do núcleo de Documentação e Pesquisa em História

Regional da Universidade Federal do Pará, e da Divisão técnica da Federação das Indústrias do Estado do Pará.

Constituiu-se de um inventário preliminar de informações e imagens, proposto respectivamente, nos programas e projetos *Inventário e preservação da História da Indústria e do trabalho no Pará*, do Departamento de História e Antropologia sob a nossa coordenação e a “Memória da Indústria Paraense”, e contou com o apoio da Divisão técnica da FIEPA, coordenada pelo Técnico Osvaldo de Freitas Jr². Investigações vêm sendo desenvolvidas e têm dado origem a outras sobre a temática indústria e trabalho, que vem sendo recuperada e registrada em trabalhos, como que ora apresento.

A Amazônia e posteriormente o Pará foram organizados como estabelecimentos geradores de produção total e diretamente orientados pela e para a Corte Portuguesa. Aplicou-se aqui, como no restante do Brasil a forma de colonização que teve por base a implantação da monocultura canavieira e a instalação de engenhos para a produção de açúcar e aguardente, paralelamente à exportação de produtos vegetais nativos de interesse comercial, que ficaram tradicionalmente conhecidos como “drogas do sertão”.

Dadas as dimensões dos domínios pretendidos pelos portugueses na América do Sul, entre outros fatores, o contato da Região Amazônica com o restante do Brasil foi por longo tempo quase inexistente. Durante o período colonial, sua administração caracterizou-se como a de outro Estado ao lado do Estado do Brasil, e foi objeto de preocupação das cortes portuguesas, já no século XVII. Mesmo com a formalização da Independência do Brasil no séc. XIX constata-se, ainda, o tratamento diferenciado em relação à Amazônia. O Decreto real de 24/12/1822 determinava pelo artigo 2º que: “todas as Províncias do Brasil ficarão sujeitas à Regência, exceto as do Pará e do Maranhão, enquanto ella residir ao Sul do cabo Norte”³. Há, sem dúvida, certo consenso entre diversos autores quanto à administração diferenciada da Amazônia, durante mais de três séculos.

Cabe destacar que a marca do processo histórico apresenta como se configurou e orientou a história paraense e da Amazônia em geral. Observa-se que a região, ao longo de todo o período colonial, não fazia parte formal do Brasil. Com efeito, dez anos após a fundação de Belém, ocorrida em 1616, foi criado o Estado do Maranhão, diretamente

² O subprojeto “Inventário e Preservação da Memória da História da Indústria e do Trabalho no Pará foi parte do projeto” Poder Econômico x Poder Real Local, do Programa Pará (1945-1964) “Os Caminhos do Poder no Para” do Departamento de História e Antropologia e Núcleo de Documentação e Pesquisa em História Regional da Universidade Federal do Pará, durante os anos de 1980.

³ Decreto real de 24/12/1822.

subordinado à Corte Portuguesa e distinto do Brasil. A Amazônia e mesmo o Ceará e o Piauí estavam incluídos no Estado do Maranhão, com a capital sediada em São Luís. Uma breve experiência de reunificação foi determinada pela Corte, entre 1952 e 1954, mas não foi bem sucedida e fez ressurgir o Estado do Maranhão, já então Maranhão e Grão Pará (Província do Grão Pará e Maranhão) ao lado do Estado do Brasil (Santos, 1978: 25).

Em 1751, a sede do Governo do Estado do Pará e Maranhão foi transferida para Belém. Entretanto, sua integração política formal ao restante do Brasil só ocorreu após 1823. A existência quase paralela da Amazônia e do Pará durante esse período criou certas dificuldades para a reconstituição de sua história global, haja vista que muitas informações fundamentais são desconhecidas de nós brasileiros, pelo fato de que parte de sua documentação está fora do País ou destruída, quando não, omitida por esse e por outros motivos, por aqueles que sobre ela tem escrito. Apesar disso, uma sucessão de empreendimentos econômicos, políticos e sociais diversos orientam sua História até os dias atuais.

A Historiografia sobre o Pará tem apresentado o seu processo de formação econômico-social baseado, quase exclusivamente em atividades extrativas primárias. Entretanto, não é mais possível desconhecer a presença histórica de outras atividades econômicas, dentre as quais a indústria, desde o século XVIII, mesmo que esta tenha se organizado nos moldes artesanais simples, como engenhos, olarias e fábricas para descascamento de arroz, no termo de território da cidade de Santa Maria de Belém, em especial nas ilhas estuarinas do termo. A Ilha das onças foi, desde o início de sua ocupação pelos europeus, sede de manufaturas. Ela foi concedida como Data e Carta de Sesmaria a Dom Lourenço Álvares Roxo de Portlis, no século XVIII, para plantação de cana-de-açúcar, instalação de engenho de açúcar e aguardente, e posteriormente, parte de sua área foi desmembrada e comercializada com Antônio José Landi, para a instalação de uma olaria para a fabricação de telhas e tijolos e outros utensílios de barro cozido.

A Ilha das onças também foi sede, por quase sessenta anos (1930-1975), da fábrica “Usina Vitória”, indicando as heterogeneidades existentes na indústria Paraense se analisarmos um conjunto bem mais amplo de indústrias, consórcios e parcerias econômicas e políticas entre agentes internos (paraense e brasileiro) e externos (britânicos, norte-americanos e italianos). Essa fábrica foi uma importante fornecedora de matéria prima para a indústria estrangeira, selecionando semente, preparando lâminas de borracha, extraindo e embalando óleos e essências. Mas não só isso: ela representou a fonte de renda de parcela de imigrantes nordestinos, que rumaram para o Pará naquele

momento do estabelecimento do processo de “integração” do Pará ao restante do Brasil, proposto pelo projeto integracionista do então presidente Getúlio Vargas.

Do século XVII ao XIX foram exploradas as “drogas do sertão” (castanha, cacau, canela, cravo, frutos, salsaparrilha plantas medicinais et.) e praticou-se a agricultura de mandioca, milho, cana-de-açúcar, cacau, café, arroz, algodão, anil e de produtos de subsistência, ao lado da pecuária para abastecimento de carne e exportação de couros, especialmente das criações do Marajó. Também se praticava a pesca, o corte de madeiras e coleta de sementes oleaginosas E, paralelamente a essas atividades, desenvolveu-se uma manufatura artesanal de caráter familiar, como curtumes, engenhos, a produção de sabões, de farinha, entre outras.

As formas sociais, por meio das quais foram sendo executados esses empreendimentos, envolveram os diversos setores sociais que aqui viviam – o proprietário rural, o clero, o comerciante luso ou já brasileiro, o nativo e o escravo africano – e que estabeleceram relações sociais de produção correspondentes às históricas relações de produção e político-econômicas existentes na sociedade brasileira.

O caráter fundamentalmente explorador desses empreendimentos foi, sem dúvida, o que permitiu ao Pará ingressar, no século XIX, em um relativo relacionamento comercial com o mercado exterior, mas com uma estrutura e relações econômicas internas débeis. Até aproximadamente 1840, as atividades principais, no Pará, eram predominantemente voltadas para o mercado interno, como a pesca para consumo, a pecuária, além de umas poucas culturas agrícolas e uma reduzida e rudimentar indústria (Santos: 1980:23). O principal produto da exportação era o cacau, sujeito, entretanto, aos reveses do rudimentar extrativismo agrícola aqui praticado e da conjuntura internacional dos mercados consumidores, principalmente europeus (Santos: 1980: 23-37).

Foi somente a partir de meados do século XIX que o Pará iniciou seu processo de desenvolvimento econômico com certas articulações internas e alguma solidez. É nessa época que Belém, sua capital, adquire contornos definitivos de um centro urbano distribuidor local, além de ser o principal centro regional de exportações, após a Cabanagem, período em que ocorreu uma guerra civil local (1835-1840), que afetou todas as atividades produtivas nas províncias do extremo Norte.

É comum na historiografia brasileira a utilização dos termos indústria e fábrica para designar o local da produção de mercadorias e, portanto, são consideradas como sinônimos. Entretanto é necessário estabelecer distinções entre elas, pois estabelecemos

como pressuposto básico da reflexão a existência da produção industrial como a forma de realização do capitalismo.

Nesta perspectiva, a economia política elaborou a noção de indústria significando o processo produtivo historicamente determinado, no qual se configura a conjugação do trabalho e capital para transformar a matéria-prima em mercadoria (bens de produção e consumo), abrangendo o processo técnico produtivo em si e as relações sociais a ele subjacentes, sejam elas econômicas, políticas, ideológicas e culturais. Como tal, a indústria só se institui plenamente no mundo ocidental a partir do século XVIII.

A noção de fábrica expressa a ideia do lugar ou estabelecimento onde se manufaturam ou industrializam as mercadorias. Esta noção não exclui a natureza econômica, política, ideológica e cultural das atividades e relações que se processam nesse lugar.

A partir destas noções, pode-se reconhecer a presença de fábricas e indústrias respectivamente em diferentes momentos da história brasileira e especificamente da história do Pará nos séculos XIX e XX.

O Brasil, durante o período colônia, sofreu diversos tipos de restrições relativos à implantação e ao desenvolvimento da manufatura fabril, à exceção da produção de açúcar, aguardente, e similares, desde que direcionados para a exportação, e a produção de tecidos grosseiros para uso dos escravos.

A legislação existente sobre esse assunto, à época, era vasta e muitas vezes, precisa. Durante cerca de quase três séculos foi dificultada e ou proibida a instalação no Brasil, e naturalmente na Amazônia, de qualquer atividade produtiva fabril que pudesse limitar, de alguma forma, a comercialização dos produtos manufaturados europeus, monopólio da corte portuguesa. O alvará de 5 de janeiro de 1785, expedido por D. Maria I, proibindo as manufaturas no Brasil, exemplifica a forma e rigor das restrições que ainda pesavam sobre as iniciativas fabris brasileiras no final do século XVIII. O texto documental não só proibia a instalação de manufaturas como determinava a destruição dos teares e outra maquinaria existente.

Apesar do aparato jurídico e da repressão prevista, constata-se que tais ordenações foram cumpridas parcialmente em todo o Brasil. Os motivos variaram. De acordo com o historiador Francisco Iglésias:

O alvará causou sensação, teve efeito psicológico, a advir do papel da submissão. Essenciais são os frutos da terra, agrícolas ou minerais; úteis são os colonos e cultivadores, não os artistas e fabricantes, tem-se exagerado, no entanto o alcance da providência. Prova de que pouco de

fazia é a aplicação; quase nada se destruiu. Só um limitadíssimo número de máquinas foi condenado, pois a maior parte era dedicada a tecidos grosseiros admitidos pela lei. Demais era *difícil* fiscalizar, se o principal estava no mundo rural, de *difícil* ou impossível apreensão. O alvará ficou como símbolo de política das metrópoles das colônias. (IGLESIAS, 1985:24).

As leis restritivas à produção e manufaturas no Brasil colonial retardaram a instituição da produção industrial no Brasil e no Pará, mas foi relativamente menor, sua interferência, se comparada a outros fatores, particularmente, à realização do trinômio monocultura-latifúndio-escravidão aqui instituída e incompatível com a industrialização em sentido amplo. Essa realização é que de fato explica, em nível da economia política, os limites ao desenvolvimento do processo produtivo manufatureiro em todo o Brasil, e por isto mesmo, no Pará.

Somente em 1808, após a chegada da família real Portuguesa ao Brasil, é que se concedeu liberdade jurídica à indústria brasileira. O alvará de 1º de abril revogou as peias legais restritivas que vigoraram durante o período colonial e, sob o signo do liberalismo econômico europeu, pretendeu-se inaugurar no Brasil a era “industrial”.

A partir de 1840, com a derrota dos cabanos na província do Pará, a economia local retomou e reorganizou suas atividades produtivas e de trabalho: o extrativismo, o cultivo das espécies úteis, os engenhos, a criação de gado, as olarias, a produção e a tecelagem de algodão tosco, produção de barcos, o comércio e algumas manufaturas, como cordoaria, saboaria, movelarias etc., voltadas para o abastecimento interno. Foi também a partir desse período que se intensificou a coleta e a exportação da Castanha do Pará.

Rosa Acevedo (20000), assim como a autora, constatou que em 1850 foram implantadas diversas produções fabris, principalmente na cidade de Belém, mas também em algumas cidades do interior: fábricas de sabão, velas de sebo, óleos, chocolates, carroças, carruagens, cordoaria, chapéus e fundição de máquinas. Dentre esses estabelecimentos, na ausência de um melhor termo qualificador, alguns se destacaram pela variedade e qualidade de sua produção, como a Fábrica Freitas Dias, fundada em 1861, propriedade de J. S Freitas & Cia, que ocupava, naquele período, mais de 400 (quatrocentos) operários. Ela foi responsável pela execução de importantes obras de construção civil em Belém e na região, como o Matadouro e Curtume Modelo, o antigo prédio do Banco do Brasil em Belém, o Hospital de Tuberculosos no Maranhão, além de agências bancárias e outras edificações em Recife, Natal e João Pessoa. Sua produção

fábrica era bastante diversificada: pregos e similares, móveis, imóveis e múltiplos objetos de ferraria, carpintaria e funilaria além da construção civil.

Cabe ressaltar que entre 1860 e 1890 havia um número significativo de estabelecimentos fabris no Pará considerados ‘sólidos’ nos textos e relatórios institucionais, ou pelos dados institucionais relativos à abertura e fechamento das firmas. Nesse período, se instalaram 15 novos estabelecimentos, entre os quais, dois importantes jornais: “A Província do Pará” (1876) e “A Folha do Norte” (1896), que contribuíram para a difusão de informações sobre o Pará e a região amazônica.

O censo industrial de 1892 constatou a existência de 89 estabelecimentos, excluídos os engenhos de açúcar e aguardente e oficinas gráficas, na qualificação ‘fabris sólidos’, dentre os quais se destacavam 35 serrarias a vapor e 35 olarias articuladas à construção civil. O serviço editorial e gráfico contava com 41 oficinas tipográficas e duas litográficas, responsáveis pela produção e edição de trinta e dois jornais, livros e outros materiais gráficos no Pará (álbuns, Indicador Ilustrado do Pará, revistas etc.). Ressalta-se que todo o material regional para a Exposição Internacional de Turim, de 1911, foi produzido em alguns destes estabelecimentos, assim como os materiais de propaganda das indústrias locais.

O Relatório do Presidente da Província do Pará, Dr. Ângelo Thomas do Amaral, de 1861, indica a existência de vários estabelecimentos qualificados como fabris na Província, a saber: 166 fábricas de açúcar (engenhos e engenhocas), 25 de faiança (louça de barro recoberta de esmalte opaco), 24 de sabão, 18 de cal, 10 serrarias, seis de louça de barro, seis de óleos, três descascadoras de arroz, três de chocolate, uma de vinho de caju e uma de produção de café. Também consta no Relatório do Presidente da Província do Pará, Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque, de 1862, a existência de 1095 estabelecimentos fabris. A listagem das fábricas apresentada é similar a de seu antecessor, acrescidas de: uma fábrica de artefatos de borracha, duas de sapatos, três de vestuário e cinco ferrarias produzindo objetos e três curtumes para produção de couros exportáveis. Essas manufaturas ocupavam 9.608 trabalhadores/as na província, sendo que desses 7.596 trabalhavam na cidade de Belém⁴.

Cabe destacar que entre 1840 e 1920 a economia paraense foi marcada pelo extrativismo e exportação do látex para a fabricação da borracha, em face às exigências e

⁴ Os critérios para a qualificação dos estabelecimentos qualificados como fábricas eram amplos, neles cabiam as pequenas produções familiares com mão de obra familiar e escrava, assim como as que contratavam trabalhadores livres e remunerados.

à demanda da indústria internacional. As constantes inovações tecnológicas, como o uso regular da roda pneumática para bicicletas e automóveis, entre outras, ocorridas na Europa e Estados Unidos da América, ampliaram em grande escala a demanda dessa matéria-prima e obrigaram a economia extrativa da Amazônia e do Pará a operar quase exclusivamente a seu serviço. Outros setores de atividade, em particular da agricultura de subsistência, assim com as fábricas, foram subestimadas.

Os capitais acumulados dos processos comerciais do látex amazônico foram aplicados principalmente no comércio e secundariamente na produção fabril. O comércio tornara-se a principal atividade, pois a ampliação da navegação em busca do látex possibilitava, também, a entrada de mercadorias importadas em maior escala, que competia de maneira desigual com as produzidas na Província e asseguravam lucros significativos aos comerciantes.

É necessário ressaltar que um dos fatores que permitiu a dinamização da extração e exportação do látex foi a navegação a vapor implantada no rio Amazonas pelo Barão de Mauá (concessão feita pelo governo federal), em 1853, aliada à imigração de mão-de-obra, particularmente a nordestina, que foi oficialmente incentivada diante dos resultados da seca de 1877, ocorrida no Nordeste. A histórica “escassez” populacional da região, a imensa selva a penetrar para a coleta do látex e outros produtos, bem assim o ritmo da demanda daquele produto, tornam-se motivos para a vinda de levadas consecutivas de migrantes, algumas espontâneas, outras organizadas pelo governo local, estadual e federal, para a Amazônia (Santos, 1980:41).

Entre 1890 e 1900, surgiram 25 novas fábricas, algumas com vida bastante efêmera, outras que se consolidaram e fizeram parte da vida belemita durante o século XX, como a Pharmácia e Drogaria César Santos, a Pharmácia Beirão e a Indústria de Pneumáticos do Pará - Irmãos Bitar. Outras indústrias que também tiveram importância na história de Belém foram a ‘Fábrica Diana’, beneficiadora de cereais, inclusive do café, e a ‘Fábrica Palmeira’, de produtos alimentícios e bebidas não “espirituosas”. Esta fábrica produzia também leite em pó, creme de leite e leite condensado. Acrescentam-se a esta listagem: as ‘Oficinas d’Artefatos Metálicos’ da viúva Camelier; a ‘Fábrica Perseverança’, produtora de fibras, cordas e cabos, principalmente, obtidas da flora regional; as livrarias ‘Moderna’ e ‘Gillet’, editoras e gráficas; a Uzina Vitória, subsidiária da “Oleoffice Nazionale” (italiana), que produzia vários óleos e essências odoríferas e selecionava sementes para exportação.

Em 1900, os inventários realizados pelo governo do Estado do Pará indicavam a permanência e a dinâmica da atividade fabril, em especial em Belém, destacando a cidade como centro literário, científico, artístico e industrial do Estado, possuindo nove jornais, quatro bibliotecas, trinta associações científicas, comerciais e de filantropia, e mais de quarenta e cinco oficinas em funcionamento. Belém possuía também trinta fábricas, algumas similares quanto à produção, cujos produtos eram: móveis, perfumarias, louça, telhas, tijolos e demais materiais de cerâmica, velas e produtos de cera, chocolates e licores, biscoitos, chapéus, carruagens, carroças, arreios, fogos de artifício, vinhos, cantaria de granito e de mármore, três fábricas de gelo, duas de artefatos metálicos, algodão e fios.

No sistema capitalista, a indústria não pode ser reduzida apenas a um procedimento de transformação de matérias-primas em mercadorias, mas deve ser concebida como um processo historicamente integrado à realização do capital e configuração de novas qualificações de parcelas da sociedade (empresários industriais, trabalhadores operários, comerciantes e consumidores). Esta é uma condição que lhe atribui certas características de identidade com o capitalismo, quando este é concebido como um dado modo de produção.

Se a indústria constitui hoje um dos setores mais avançado e dinâmico da economia, isto se relaciona, historicamente, ao conjunto de transformações ocorridas na época contemporânea, como a criação e a difusão da tecnologia, o surgimento de novas classes sociais, o crescimento das cidades, o aceleração do comércio nacional e internacional, entre outras. Dentre as novas classes sociais surgidas no processo de produção fabril, os trabalhadores constituem uma das dimensões importantes do processo produtivo e de novas relações sociais e culturais, isso porque o espaço fabril se coloca como marco organizatório e disciplinador de uma nova modalidade de trabalho, de formação técnica desse setor social e de relações econômicas e sociais de trabalho.

Em outros termos, no que diz respeito ao trabalho e ao trabalhador, estes passam a ter suas atividades reguladas por um contrato no qual são definidos a remuneração (salário), jornada de trabalho, férias e outros direitos, que se modificaram e se ampliaram ao longo do tempo, dando origem a toda uma legislação reguladoras das relações de trabalho, juridicamente instituída e inserida nas Constituições do Brasil, estados e municípios desde 1934, e que se tornou conhecida como Consolidação das Leis Trabalhistas- CLT. Esta foi uma mudança importante para os trabalhadores e para a

sociedade, na medida em que contribuiu para a superação dos remanescentes do ideário escravagista que ainda vigorava forte no século XIX na cultura brasileira e regional.

Outra modificação importante foi a preparação técnica dos trabalhadores para o exercício de suas atividades fabris, o que passou a exigir do Estado e dos empresários a implementação de instituições para a formação técnica dos trabalhadores, provocando modificação no sistema Educacional, no sentido da formação profissionalizante. Esta formação profissional iniciou no Pará de forma assistencialista e destinada aos jovens pobres. O objetivo escolar era o de ‘regeneração civilizada e preparação para o trabalho’. O conteúdo desse ensino propiciava a formação nas primeiras letras, cálculos e nas técnicas específicas de cada profissão.

Consta-se que a formação técnico-fabril, apesar de não ter sido uma constante preocupação dos produtores fabris paraenses, ocorreu no Pará. As primeiras referências, de caráter específico, sobre capacitação para o trabalho fabril são localizáveis ainda em 1841. Durante o Governo de Souza Franco, foi criado o Liceu Paraense, que ministrava cursos secundários e comerciais. No terceiro quartel do Séc. XIX, o Pará dispunha do Instituto de Educandos Paraenses (inicialmente Instituto Paraense de Educandos Artífices-1872), cuja principal atividade era a instrução profissional nos diversos ofícios. Organizada inicialmente para instruir meninos pobres, posteriormente torna-se misto e em 1897 passou a ser o Instituto Lauro Sodré, que manteve por longo tempo, atribuições similares:

Este importante estabelecimento de ensino profissional, no Estado do Pará, abriga em seu seio centenas de crianças pobres que ali recebem, a par da alfabetização, conhecimento das artes e ofícios com que enfrentarão no futuro, as batalhas da vida, no labor cotidiano... (Álbum do Pará, 1939: 161).

Em fins do século XIX, o número de estabelecimentos industriais no Pará pouco havia aumentado. As indústrias existentes eram, em grande parte, pequenas e operavam com instrumentos de trabalho simples, ocupando força-de-trabalho predominantemente familiar. O número de trabalhadores ocupados em atividades consideradas industriais, nesse período, estava em torno de 2.500 pessoas e o valor médio da produção era de aproximadamente 18 contos de réis por ano (SANTOS, 1978, P. 131-133). Entretanto, a partir de 1909, o processo de institucionalização profissional para os trabalhadores ou futuros trabalhadores foi impulsionado por meio de políticas públicas, em especial pelo Decreto nº 7.566 de 23/09/1909, que autorizou a criação de mais 19 escolas de ‘aprendizes e artífices’ em todo o Brasil.

O processo educativo ofertado era o ensino primário, cursos de desenho e oficinas de marcenaria, funilaria, alfaiataria, sapataria e ferraria. No Pará, foi criada a Escola de aprendizes Artífices, em 1910, que em 1940 tornou-se o Liceu Industrial do Pará-LIPA. Este foi transformado, em 1942, em Escola Industrial de Belém-EIB, com a finalidade de adaptá-lo às exigências da Lei Orgânica do Ensino Industrial, que passava a vigorar naquele ano. Em 1968, a EIB, por decisão ministerial (portaria nº 331, de 17/06/1968), ampliou-se e diversificou-se, dando origem à Escola Técnica federal do Pará. Posteriormente, foi transformado em Centro Federal de Educação Tecnológica em 1994, pela Lei nº 8.948 de 08/12/1994, e atualmente tornou-se o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, criado pela Lei Federal que regulamenta a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Paralelamente à criação do Ensino Profissional Tecnológico público, também foi implantado pelas instituições representativas dos industriais o sistema de Ensino e Qualificação de profissionais, em 1942, por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-SENAI e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial-SESC, instalados no Pará em 1953.

O extrativismo, além de ser a atividade econômica predominante nessa época, contribuiu para o processo de conquista, de desbravamento e povoação de parcela do território que hoje constitui os Estados do Norte do Brasil. Propiciou, também, condições para o surgimento de várias atividades terciárias, como o comércio exportador e o importador, o sistema financeiro, e, em menor escala, o surgimento e manutenção do setor manufatureiro. Foi na atividade extrativa e no comércio que mais intensamente se aplicaram capitais durante bom tempo na região, fato esse decorrente da noção de que, naquelas condições de produção, havia menor risco e rápido retorno desses capitais às mãos de seus investidores.

A migração internacional ocorrida em fins do século XIX e início do XX para o Pará foi promovida e teve incentivos do governo do Estado por meio de propagandas e concessão de incentivos como o acesso à terra, para desenvolverem a agricultura e o extrativismo do látex, implantação a manufaturas de castanha, cacau e outras sementes oleaginosas e aromáticas, o que resultou em um certo fluxo de migrantes para Belém.

De acordo com o Anuário Estatístico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, até 1920, os italianos ocuparam o 3º lugar em número de migrantes chegados a Belém, os portugueses em 1º, os espanhóis em 2º. Depois de 1920, esses foram superados pelos migrantes oriundos do Oriente Médio (turcos, sírios, libaneses entre

outros), colocando os espanhóis em 4º. Os ingleses ocupavam a quinta colocação em termos numéricos. Esses migrantes chegados à região integraram-se às diversas atividades econômicas e socioculturais, assim como implantaram outras, cujo conhecimento e prática faziam parte de suas vivências. Os portugueses na cidade de Belém se dedicaram, predominantemente, ao comércio e à indústria (panificação, têxtil, madeiras/moveis, produtos de limpeza, olarias, construção civil, entre outras). Os espanhóis, judeus e norte-americanos inseriram-se em atividades vinculadas ao comércio e às finanças.

Os ingleses dedicaram-se a obras de saneamento e infraestrutura, atividades financeiras e de crédito, de comunicação e transporte. Suas presenças ficaram marcadas na cidade por meio da construção do Porto de Belém, da instalação e fornecimento de energia elétrica (Pará Eletric), da implantação do sistema de telefonia e telegrafia, do fornecimento e montagem de bondes. Eles se destacaram também, pela implantação de instituições financeiras e de crédito como Banco, Caixa de Pecúlio e Cooperativas de Crédito. Além dessas atividades, ocuparam-se, secundariamente, em atividades agrícolas, extrativismo, navegação e comércio, e certos ramos fabris, se associando a portugueses e brasileiros.

Os italianos contribuíram para a instalação das fábricas de calçados, como a Boa Fama, de bebidas, óleos, essências, gelo, construção civil, olarias etc., além do comércio exportador de produtos regionais - geralmente associado aos portugueses. Mas foi na construção civil que os italianos deixaram suas marcas na cidade, desde a colônia até os dias atuais, registradas na arquitetura das igrejas (Santo Alexandre, a Catedral de Belém), dos palácios (obras de José Antônio Landi) e residências, em especial os palacetes e vilas para os setores mais ricos da região. Dentre as construções que ainda se destacam, é possível identificar alguns “palacetes” construídos por italianos como: palacete Facióla (Antônio-1895), Palacete Augusto Montenegro (Filinto Santoro-1903), Palacete e Vila Bolonha (Francisco Bolonha) entre outros. Outras obras de italianos ainda são espaços urbanos da convivência e vivência dos belemitas, como Mercado de Carne e o de Peixes no Ver-o-Peso. Cabe salientar também a reforma e (re)decoração por que passou o prédio do Teatro da Paz foi realizada pelos italianos Domenico D’Angelis e Giovane Campranesi, em 1905. Podemos afirmar que os italianos representaram parte da elite dos ‘artistas’ que ajudaram a modernizar e a embelezar a arquitetura e o patrimônio da Belém urbana contemporânea.

A cidade de Belém, atuando como entreposto polarizador dessas atividades, tornou-se o local de maior captação e concentração de rendas e capitais; ela cresceu e transformou-se. Os “senhores da borracha” importaram alguns padrões e comodidades da Europa, como o telégrafo, o uso regular da energia elétrica, os bondes, os teatros, a música erudita, a moda etc. Foram construídos o seu cais acostável para grandes navios e sua primeira ferrovia, a ‘Belém-Bragança’, inaugurada em 24 de junho de 1883.

A análise de qualquer cidade revela-a como centro de memória e resultado da produção material – social, econômica, política e cultural de um povo. A cidade surge e se desenvolve como “teatrum” de uma dada sociedade. Torna-se local urbano e urbanizado quando é concebida como espaço construído e relações que o animam, como lugar onde os diferentes grupos sociais que o habitam são responsáveis pela sua produção, pelo seu aspecto e conformação, pois nela realizam os valores afeiçoados naquela sociedade, quaisquer que sejam. Como tal, é a cidade em tensão e em permanente processo.

Como unidade, constitui-se de relações sociais de produção do velho e do novo, do tradicional e do moderno, de permanência e de transformação, de legal e de legítimo, que se processam por meio de um conjunto de históricas práticas sociais, econômicas, políticas e culturais. Convém lembrar que não só os comportamentos, as maneiras de pensar e sentir compõe a unidade complexa de uma dada sociedade ou fazem parte dos costumes e da história, mas também a materialidade das coisas representa uma de suas dimensões importantes.

A Industrialização em Belém, como em outras cidades, contribuiu e contribui significativamente no desenvolvimento da cidade em diversos aspectos, pois dinamizou as relações de trabalho assalariado, promovendo a circulação de dinheiro no comércio e ampliou o pagamento de tributos. Em certas condições, propiciou a oferta de produtos a diferentes grupos sociais, dinamizando o comércio a preços mais baratos, e passou a solicitar mão-de-obra especializada, provocando mudanças na educação técnica.

A industrialização requereu também melhores condições de infraestrutura portuária, em face da constante presença de embarcações de grande porte, e um sistema de fornecimento de energia elétrica e sua exploração, para movimentar as máquinas. Esse sistema também passou a beneficiar a cidade, possibilitando a extensão da iluminação para as vias (ruas e praças), comércio e residências, abertura e melhoramento de vias de transporte, a implantação de sistema de abastecimento de água, saneamento e comunicação, que passam a ser extensivo para diversos setores de atividade e parcelas da

população, promovendo na cidade investimento e melhorias do e no urbano, refletindo tais melhorias para parcelas importantes da população.

Exemplo deste processo pode ser averiguado com relação ao século XIX e início do XX no bairro do Reduto, que na época tornou-se um importante local de instalação de indústrias, o que requereu a necessidade de urbanização da Doca de Souza Franco, com escoamento de suas águas, controladas por comportas.

Entre o final do século XIX e início do XX, o bairro do Reduto e proximidades concentraram um número significativo de indústrias e fábricas. O bairro, à época, localizava-se na periferia da cidade e surgiu em uma área baixa, antiga várzea, por onde escoava a drenagem do Igarapé das Armas (que se tornou conhecido como Igarapé das Almas, por efeito da simplificação de linguagem). Este Igarapé, como a atual doca de Souza Franco, recebia as marés altas, que facilitava, em parte, a navegação e transporte de matérias primas do interior, e funcionava como um Mercado, a semelhança do Ver-o-Peso. Também sua proximidade ao Porto e à cidade facilitava, da mesma forma, a chegada e saída de mercadorias e de pessoas. Até a década de 1950, o bairro do Reduto se caracterizava por sua função industrial. Lá, situavam-se as fábricas de pregos, artefatos de fibras vegetais (Perseverança), cigarros, sabão e perfumes (PHEBO e Perfumaria flora, Saboaria Paraense), óleos, calçados, botões de Jarina, chapéus de palha, beneficiamento de sementes, extração e refinaria de óleos e essências, descascadora e polidora de arroz, a Companhia de Luz, entre outras. Havia no bairro, além dessas e outras indústrias, um comércio significativo, assim como diversas vilas operárias.

O processo de urbanização e embelezamento de Belém se registrou por meio de praças e monumentos que até hoje são testemunhos e expressão materializada da euforia econômica ocorrida no Pará entre o final do século XIX e início do século XX, financiada principalmente com os lucros obtidos pela exportação do látex.

Se neste período, por um lado, observou-se um dinamismo social, por outro se registrou uma descontinuidade do processo econômico, na medida em que o extrativismo de baixa produtividade (em face de mínima aplicação de tecnologia e de mão de obra especializada), sempre ameaçado pela concorrência internacional, foi incapaz de se sustentar por longo tempo. O modelo primário, a instabilidade de rendimento e o uso não inteiramente produtivo dos excedentes econômicos dele oriundos foram atingidos pela crise econômica que enfrentou este setor entre 1911 e 1914.

A conjuntura internacional também concorreu para o surgimento de condições para o seu descenso. A concorrência da produção asiática do látex promoveu o

desaceleramento gradativo da importância extrativa do látex na Amazônia. Os preparativos para a Primeira Grande Guerra limitaram as necessidades do mercado importador internacional, em especial da Europa, o qual se voltou principalmente para o desenvolvimento da indústria bélica. As inovações tecnológicas, que permitiram a substituição do látex, na produção inúmeras mercadorias por derivados de petróleo e outros produtos, nos grandes centros manufatureiros do mundo, foram fatores que também concorreram para o declínio da extração e da exportação do látex amazônico.

No período de 1870 a 1910 - período de euforia econômica baseada na comercialização da borracha, e mais durante a crise -, ocorreu uma certa orientação de aplicações de recursos (rendas e capitais) em todos os setores extrativos, na agricultura e em alguns ramos fabris. A partir da década de 1920, a cultura de certos produtos (juta, pimenta, cacau e algodão) foi intensificada e destinada à exportação. Isso impulsionou algumas fábricas já existentes, como a de alimentos, calçados, fumo, sabões, velas, perfumaria, artefatos de borracha, aniagem, entre outras.

Não se deve omitir que várias foram as tentativas privadas e públicas oficiais de se retomar e impulsionar a “Economia da Borracha”. Entre 1912 e 1945, houve algumas tentativas oficiais para recuperar a produção do látex e dinamizar sua exportação. Os primeiros esforços foram expressos no “Plano de Defesa da Borracha”, que não ultrapassaram dois anos. Outro esforço foi a denominada “Batalha da Borracha”, iniciada em 1942, com a assinatura dos “acordos de Washington” e que vigorou até aproximadamente 1947⁵.

Na primeira tentativa de retomada, os esforços oficiais e privados foram quase exclusivamente destinados à recuperação da produção da borracha (látex regional). Além de tentar garantir a posição brasileira no mercado internacional da borracha, o Governo procurou melhorar as condições econômicas e sociais da região. Dispôs sobre a concessão de bonificações em dinheiro a quem plantasse seringais, a quem construísse centros de beneficiamento de borracha, hospitais, estradas de ferro, instalações portuárias ou residenciais. Aboliram-se os impostos sobre importação de produtos utilizados na produção da borracha, do gado, pescado e combustíveis. Os impostos estaduais sobre exportação de borracha foram reduzidos em aproximadamente em 59%. Mas apesar de todas essas e outras medidas para recuperar e manter a produção da borracha na região,

⁵ A concessão de terras no município de Santarém à FORD e outras companhias (Fordlândia e Belterra) fez parte desses esforços.

ela não apresentou modificações sensíveis; no máximo, manteve-se estagnada (Mahar, 1978: 9-11).

Os “Acordos de Washington” assinados em março de 1942, nos quais o Brasil se comprometeu “a cooperar com as Forças Aliadas no suprimento de matérias-primas estratégicas (inclusive borracha)”, imprimiram nova dinâmica nesse setor. O Governo passou a desenvolver esforços para aumentar a produção. O Banco e Importação e Exportação concedeu ao Brasil um crédito de cem milhões de dólares, para aplicação em empreendimentos relacionados à exportação da borracha.

A empresa Rubber Reserve Company (posteriormente Rubber Development Corporation – RDC) criou um fundo de cinco milhões de dólares para auxiliar o Governo brasileiro na produção da borracha. Foi criado o Banco de Crédito da Borracha – BCB, que recebeu o monopólio de compra e venda da borracha, bem como o de implantar colônias agrícolas em vários municípios paraenses. Para cumprir seus compromissos nos acordos, o Governo brasileiro criou o “Serviço especial de Mobilização de Trabalhadores”, com a finalidade de reunir cerca de cinquenta mil trabalhadores para as atividades de extração, manufatura e exportação da borracha amazônica.

O conjunto desses outros empreendimentos ficou conhecido como a “Batalha da Borracha”. Os resultados foram modestos, em face à condição emergencial e finalidade do projeto, que se encerrou ao final da Segunda Grande guerra. A indústria paraense, à época emergente, pouco capitalizada, operando a custos altos, sofreu certos reveses. Algumas delas, à primeira investida da concorrência externa à local, fecharam, como o ramo de calçado; outras, como a manufatura do fumo, foram incorporadas à multinacional chegante. Ao iniciar a Segunda metade do Século XX, parcela das fábricas paraenses desapareceu, parcial ou totalmente. Alguns ramos só reiniciaram suas atividades, em novas condições históricas na década de 1960.

Após 1950, o Governo Federal passou a intervir na Amazônia, diante da possibilidade de explorá-la e face à ameaça de sua internacionalização. Na década de 1940, inúmeras pesquisas realizadas por vários países revelaram a potencialidade de recursos naturais de nossa Região. Planos e projetos foram propostos para dinamizar sua exploração. Até mesmo um projeto de submersão de vasta área da Amazônia foi proposto, com a finalidade de “preservar para o futuro” as riquezas existentes em nossa região. Essa ideia não encontrou ressonância. O que consolidou foi a exploração econômica dos recursos naturais da região. Ainda na década de 1950, teve início a construção da infraestrutura necessária à implantação do novo processo exploratório da Amazônia. Sob

a égide de “integrar a Amazônia”, foi construída a rodovia Belém-Brasília, inaugurada em 1960, e instalada uma nova usina geradora de energia elétrica na capital do Pará, Belém.

Nessa época, o comércio paraense sofreu modificações e direcionou-se mais para o mercado nacional. A indústria da construção civil recebeu alguns impulsos e aumentou significativamente a sua produção, com a instalação da Fábrica de Cimento de Capanema. A agricultura diversificou-se e cresceu a importância relativa da pimenta-do-reino e da juta. O comércio varejista modernizou-se. Novas casas comerciais, e mesmo lojas de departamentos foram instaladas em Belém.

Para complementar o quadro de modificações ocorridas no Pará, em 1957, foi criada a Universidade Federal do Pará, por meio da incorporação dos cursos e faculdades já existentes e criação de novos cursos. Criavam-se, dessa forma, as condições de formação de uma elite cultural e técnica que, futuramente, poderia atuar no processo econômico e político que se implantava e se consolidava no Estado do Pará.

Também foi ampliada, ainda que modestamente, a variedade de oferta local de bens de consumo industriais. Refrigerantes, confecções de roupas, mobiliário e alimentos foram alguns dos ramos que se instalaram de novo em nosso Estado.

A presença da fábrica e/ou indústria no Pará também foi registrada em imagens, principalmente no sentido da sua divulgação e produtos, mas também se constitui em importante memória, como se pode observar a seguir:

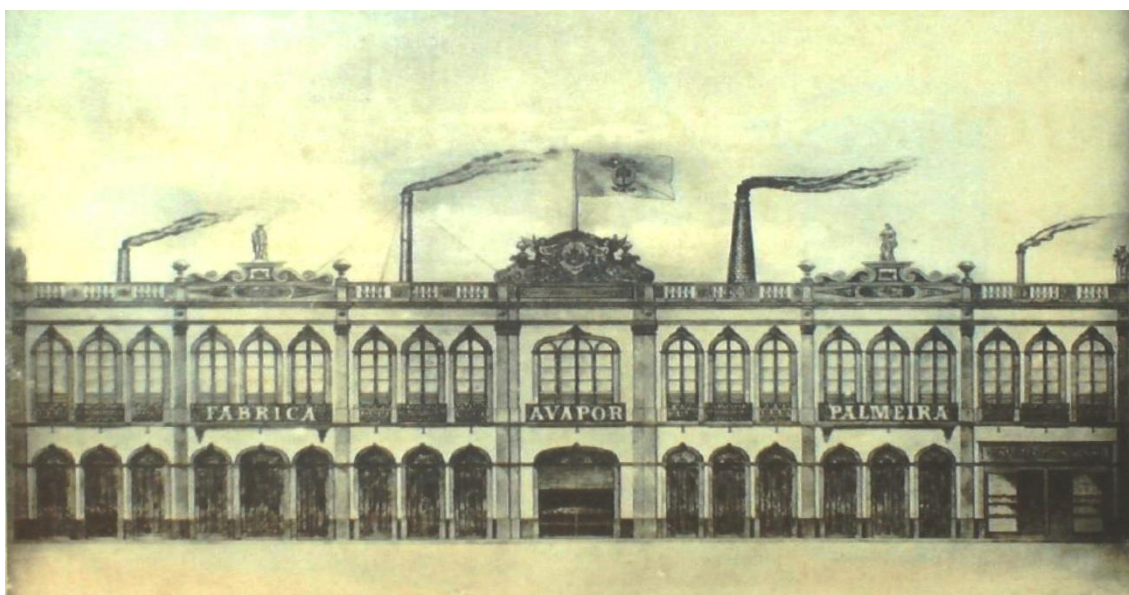
Fábrica Palmeira

Figura 1



Fonte: Revista A SEMANA, N°321 de 14 de junho de 1924. Belém:
<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=294613>. Acesso em 14 de abril de 2017.

Figura 2



Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Pará. Rio de Janeiro: Courier & Billiter Editores, 1910. p. 137.

Fabrica de Cerveja Paraense

Figura 3



Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Pará. Rio de Janeiro: Courier & Billiter Editores, 1910. p. 94.

Figura 4

— 95 —

Fabrica de Cerveja Paraense

(SOCIEDADE ANONYMA)

EDIFICIO DA FABRICA — Avenida da Independencia N° 12
ESCRITORIO CENTRAL — Travessa D' Fructuoso Guimarães N° 12
ENDEREÇO TELEGRAPHICO — Cervejaria

Capacidade productora 3.000.000 de litros

*O unico e mais importante estabelecimento industrial nesse genero no Norte do Brazil
Inaugurado em 24 de Junho de 1905*

Capital, Fundos etc., em 31 de Dezembro de 1908 :

Capital realizado.....	REIS	1.000.000 \$ 000
Valor do Edificio, Machinismos et Utensilios.....	"	2.200.000 \$ 000
Fundos de Reserva.....	"	543.000 \$ 000
Dividendos distribuidos em sete semestres.....	"	380.000 \$ 000

DIRECTORIA : { Adolpho C. FERREIRA BRAGA
João BORGES ALVES
D^r Lucio FREITAS do AMARAL

— BELÉM DO PARÁ

Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Pará. Rio de Janeiro: Courrier & Billiter Editores, 1910. p. 94.

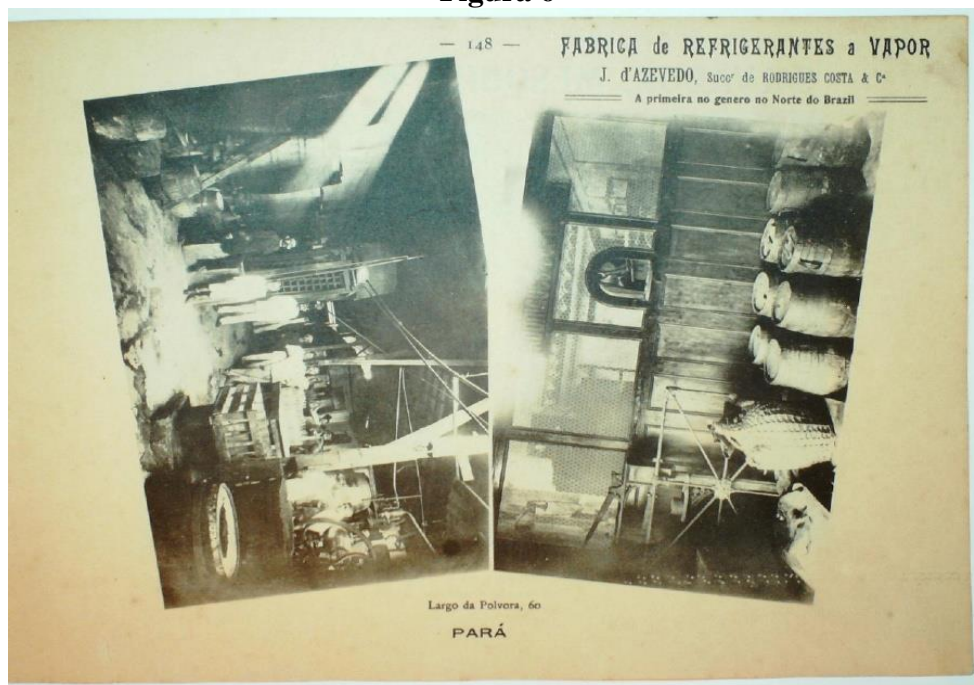
Fábrica Oficinas de Carpintaria e Serraria

Figura 5



Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Pará. Rio de Janeiro: Courrier & Billiter Editores, 1910. p. 159.
Fábrica de Refrigerantes

Figura 6



Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Pará. Rio de Janeiro: Courrier & Billiter Editores, 1910. p. 159.

Fábrica de Sabão

Figura 7



Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Pará. Rio de Janeiro: Courier & Billiter Editores, 1910. p. 159.

Fábrica de Cordoaria e Fios

Figura 8



Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Pará. Rio de Janeiro: Courier & Billiter Editores, 1910. p. 104.

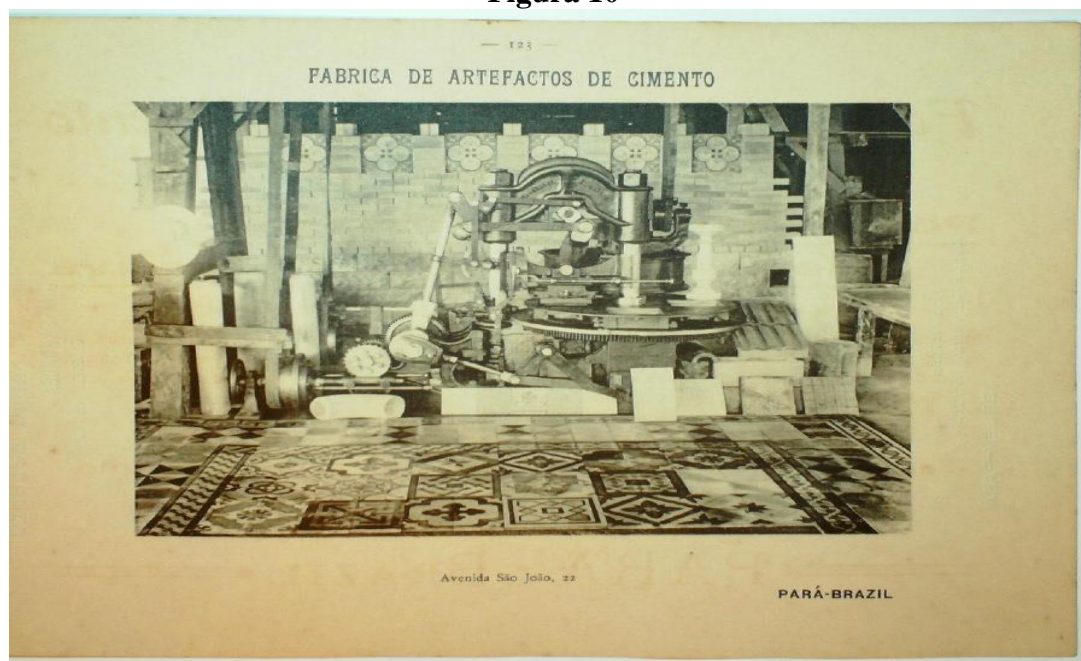
Fábrica de Cimento e Construção Civil

Figura 9



Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Pará. Rio de Janeiro: Courier & Billiter Editores, 1910. p. 122.

Figura 10



Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Pará. Rio de Janeiro: Courier & Billiter Editores, 1910. p. 123.

A imagem como um esforço de captar um momento da realidade, no que mostra e dissimula possibilita o olhar, o ver e o pensar, ações que na história vivida são inseparáveis, apontam elementos que instigam a reflexão sobre o passado e memórias sobre ele.

As imagens e demais iconografias adotadas no escrever a história possibilita revelar indícios e fragmentos de sonhos, temores, amores e dores. É desvendar vidas e mortes. É tentar reconstituir realidades que não mais existem e descrevê-las de modo que descortinem modos de viver, pensar, de sonhar e representar edificações, pessoas, grupos sociais, organizações, ações, sociabilidades, atritos, tumultos e conciliações, todos os aspectos da realidade de uma dada sociedade. A escrita, nesse sentido consta-se de percepções, ideias, sentimentos, sentidos, significados e representações parciais da realidade. Essa parcialidade decorre do lugar onde se está do lugar do que é observado e do lugar a que se destina a escrita.

Os historiadores ao realizarem pesquisas sobre as dinâmicas dos processos históricos no sentido de tornar visíveis aspectos econômicos, sociais e culturais, sobre os diferentes setores da sociedade, ainda que regional ou local, enfrenta problemas. O primeiro é a definição precisa do que se quer recuperar e historiar. A seguir é necessário localizar as fontes, nem sempre organizadas e disponíveis, e por fim elaborar uma reconstituição narrativa, que produza sentidos e significados, isto é torne inteligível. (Furrer, s/d). Nas fontes se encontram indícios e fragmentos, imagens e secundariamente, algumas versões. A escrita da história e da memória nestas circunstâncias, se constituem em uma prática de reapropriação do acontecido, do narrado e do registrado nos acervos documentais.

A dificuldade de reconstituir a história e mesmo alguma memória da indústria paraense coloca em evidência algumas questões relativas à sua existência: o mito reafirmado por séculos de que sua economia regional se sustentava apenas no extrativismo, tornando-a matriz paradigmática na interpretação da história da região; e a tardia implantação dos programas de pesquisa e da Pós Graduação em História nas Universidades da região. Mas há muito que fazer na historiografia paraense.

Referências Bibliográficas

ACEVEDO MARIN, Rosa E. Condições e Limites Fabris de Base Extrativa na Amazônia: Beneficiamento da Castanha. In: *Paper do NAEA*, n. 152, Outubro de 2000.

ALMANAK DE LAEMMERT. Rio de Janeiro: Livraria e Typografia Universal, 1919, 1923-1924.

BELÉM. Álbum de Belém. Paris: Philepe Renouar, 1902.

Decreto real de 24/12/1822. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1822, Página 83 Vol. 1, sec. II, (Publicação Original) Brasília: *Biblioteca do Congresso Nacional*. Legislação Informatizada. Acesso em 12 de janeiro de 2012.

ESTADO DO PARÁ. *Indicador Ilustrado do Estado do Pará*. Rio de Janeiro: Courier & Billiter Editores, 1910.

FURRET, François. *Oficina de história*. Lisboa: Gradiva Ltda., s/d.

IGLESIAS, Francisco. *A Industrialização Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística até 1920*. Rio de Janeiro: IBGE, volume 56, 1996, (digitalizado: ibge.gov.br) Acesso em 15 de dezembro de 2013.

Inventário e Preservação da Memória da História da Indústria e do Trabalho no Pará é subprojeto: Poder Econômico x Poder Real Local, do Programa Pará (1945-1964). Os Caminhos do Poder, do Departamento de História e Antropologia e Núcleo de Documentação e Pesquisa em História Regional da Universidade Federal do Pará.

MAHAR, Dennis J. *Desenvolvimento Econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais*. Rio de Janeiro: IPEA/IMPES, 1978.

MOURA, Inácio. *Boletim de Indústria*. In: Apontamentos para a Exposição Universal de Chicago. Belém: Typografia do Diário Oficial do Estado, 1892 – 5ª parte.

MOURÃO, Leila. *Memória da Indústria Paraense*. Belém: Federação da Indústria do Pará, 1989.

PARÁ. *ÁLBUM DO PARÁ*. Berlim: Alberto Damack, 1899.

PARÁ. *ÁLBUM DO PARÁ*. Paris: Imprensa Chaonet, 1911.

PARÁ. *Relatório apresentado pelo Ilmoº Sr. Francisco Carlos de Araújo Brusque Presidente da Província do Gram-Pará à Assembleia da Província do Pará na primeira Sessão da XIII Legislatura*. Em 10 de setembro de 1862. Pará, Typ. de Frederico Calos Rhossard. 1862 (p. 36-66).

PARÁ. *Relatório do Exmo Sr. Ângelo Thomaz do Amaral Presidente da Província do Gram-Pará ao Exmo Vice-Presidente Olyntho José Meira por ocasião de passar-lhe a administração da mesma em 04 de maio de 1861*. Pará, Typ. de Santos & Irmãos, 1861, Anexo nº 13.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História da Indústria Sul-Rio Grandense*. Guaíba: Riocell, 1985.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Memória da Indústria Gaúcha (das origens a 1930)*. Porto Alegre: Ed. UFRS/FEE, 1987.

SANTOS, Roberto. *A Economia do Estado do Pará*. Belém: IDESP, 1978 (Relatório de Pesquisa n. 10).

SANTOS, Roberto. *Historia Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.